

ARRANJO E DESCRIÇÃO: o caso da escola nacional de minas e metalurgia da universidade do Brasil

Ana Carolina Cardoso Miotti¹
Cláudio Roberto Leite²
Marco Antonio Rodrigues Miguel da Silva³

RESUMO: Uma das instituições mais tradicionais do Brasil, marcada pelo pioneirismo nas áreas de mineralogia, metalurgia e geologia, a Escola de Minas de Ouro Preto foi instalada na cidade homônima, então capital mineira, com apoio do imperador D. Pedro II em 12 de outubro de 1876. Passou por momentos de ascensão e também por dificuldades, culminando na sua subordinação ao Ministério da Educação e Saúde, como órgão da Universidade do Rio de Janeiro em 1931. Após sucessivas reformas de ensino, em 1937 a referida universidade é reorganizada, transformando-se em Universidade do Brasil. Assim, a Escola recebe nova denominação, tornando-se Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Desligando-se da mesma em 1960, constitui-se em uma das escolas fundadoras da atual Universidade Federal de Ouro Preto. Durante sua vinculação, a Escola produziu documentos que constituíram um fundo e hoje estão sob custódia da Seção de Arquivo Permanente, junto ao Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tais documentos passaram por procedimentos arquivísticos de identificação, avaliação e classificação, tendo sido elaborado um quadro de arranjo estrutural e funcional. Logo, foi realizada a descrição arquivística no software AtoM (Access to Memory), desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA). O software foi customizado pela UFRJ que criou a base de dados Mnemosine, seguindo os preceitos da descrição arquivística internacional, promovendo o acesso aos conjuntos documentais da Escola e divulgando um fato esquecido ou simplesmente desconhecido pelos cidadãos em geral.

Palavras-chave: Acesso à informação. Arquivo permanente. AtoM. Escola Nacional de Minas e Metalurgia Universidade do Brasil.

ARRANGEMENT AND DESCRIPTION: the case of the national school of mines and metallurgy of the University of Brazil

ABSTRACT: One of the most traditional institutions of Brazil, marked by the pioneering spirit in the areas of Mineralogy, Metallurgy and Geology, the Mining School of Ouro Preto was installed in the town of the same name, then the State capital, with the support of

¹Historiadora e Arquivista. Substituta eventual de chefia. Seção de Arquivo Permanente – Sistema de Arquivos - SIARQ/UFRJ. E-mail: carolinamiotti@siarq.ufrj.br

²Arquivista – Seção de Arquivo Permanente – Sistema de Arquivos - SIARQ/UFRJ. E-mail: claudioleite@siarq.ufrj.br

³ Técnico em Arquivo – Seção de Arquivo Permanente – Sistema de Arquivos - SIARQ/UFRJ. E-mail: marcomiguel@siarq.ufrj.br

Emperor D. Pedro II in October 12 1876. It went through rising moments and also by difficulties, culminating in its subordination to the Ministry of Education and Health, as organ of the University of Rio de Janeiro in 1931. After successive reforms of education in 1937 the University is reorganized and becomes the University of Brazil. So the School gets a new name, becoming National School of Mines and Metallurgy. By leaving the same in 1960, it comes to be one of the founding schools of the current Federal University of Ouro Preto. During its binding, the School has produced documents that today are in custody in the Archives Section, which belongs to the File System at the Federal University of Rio de Janeiro. These documents went through archival procedures of identification, appraisal and classification, having been drawn up a framework of structural and functional arrangement way. Then, the archival description was included in AtoM software (Access to Memory), developed by the International Council on Archives (CIA). The software has been customized by Rio de Janeiro Federal University that created the database Mnemosyne, following the precepts of international archival description, promoting access to documentary collections of School and promoting a fact forgotten or simply unknown by the public

Keywords: Acess to Information. Permanent Archiv. AtoM. National School of Mining and Metallurgy University of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa a apresentar o fundo arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia, composto basicamente por processos administrativos pertinentes às atividades meio e fim, cuja produção se deu enquanto a referida Escola esteve subordinada à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consiste, de fato, em desafio inicial para a Seção de Arquivo Permanente criada no ano de 2012 e hoje vinculada ao Sistema de Arquivos – SIARQ/UFRJ.

Tal desafio resultou em um trabalho de quase dois anos que envolveu muita pesquisa – tanto histórica quanto arquivística – além de variadas discussões a respeito da destinação desses documentos. Tratava-se de uma massa documental acumulada, e dada a sua importância, foram aplicados procedimentos arquivísticos a fim de que a mesma fosse preservada e assim estar disponível para divulgação e futuras pesquisas.

Entretanto, para compreender a origem desse fundo, abordamos inicialmente os primórdios do ensino superior no Brasil e, como um desdobramento disso, a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920 que, anos mais tarde após uma sequência de reformas de ensino, tornar-se-ia Universidade do Brasil.

Em seguida, traçamos um breve histórico da instituição, desde a sua criação como Escola de Minas de Ouro Preto até transformar-se em Escola Nacional de Minas e Metalurgia, além de seu desligamento da Universidade do Brasil. Tal abordagem é, propriamente, um

suporte para ressaltarmos também a história administrativa deste fundo que é, de fato, o objeto de nosso trabalho.

Por fim, expomos os pressupostos da descrição arquivística do respectivo fundo e como ocorreu a inserção das informações arquivísticas no software AtoM (*Access to Memory*), ferramenta desenvolvida pelo ICA – International Council on Archives – Conselho Internacional de Arquivos, permitindo à Universidade Federal do Rio de Janeiro realizar a descrição multinível e disponibilizar através da tecnologia os conjuntos documentais produzidos pela Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

2 ORIGENS DA TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO PARA O RIO DE JANEIRO

2.1 CRIAÇÃO DA URJ

A criação do ensino superior no Brasil tem a ver, mesmo que indiretamente, com a transferência da Escola de Minas de Ouro Preto para o Rio de Janeiro. As propostas que visavam à criação de universidades no Brasil foram objeto de grande resistência desde o período Colonial até a República. De tal modo que essas criações foram marcadas por inúmeras resistências, pelo seu advento tardio e por uma estrutura interna baseada nas faculdades isoladas (CUNHA, 1980).

Porém, apenas em 1808 com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a chegada de D. João VI, surgiram as primeiras escolas superiores com caráter prático e profissional no Brasil.

[...] Foram criados o laboratório de Química (1812) e o Curso de Agricultura (1814). Em 1816 é criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, transformada em 1820, em Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Mais tarde, esta Escola transformada na Academia Imperial, dando origem à Escola Nacional de Belas Artes, hoje Escola de Belas Artes da UFRJ. (FAVERO, 2000, p. 20).

Durante o Império, as tentativas para a criação de universidades no Brasil não cessaram, porém não obtiveram maior sucesso. Somente em 1891 a Constituição da República atribuiu a responsabilidade pelo ensino superior ao Poder Federal e definiu que ao Congresso Nacional caberia a criação de instituições de ensino superior e secundário. Na

década de 1920, em decorrência das transformações econômicas, políticas, culturais e institucionais no Brasil, surgiram demandas crescentes pela educação superior.

Neste período, o Governo Federal através do Decreto Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, do presidente Epitácio Pessoa, considerando oportuno dar executar o disposto no Decreto de 1915, reúne as faculdades isoladas (Escola Politécnica, de Medicina do Rio de Janeiro e as Faculdades de Direito), assegurando sua autonomia didática e administrativa, criando a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Seguidamente, foram incorporados outros cursos à URJ. Em 1925, o Decreto Nº de 16.782-A incorporou à URJ as Faculdades de Farmácia e Odontologia, que já existiam isoladamente (FAVERO, 2000, p. 189).

Na década de 1930 observa-se o deslocamento do poder local e regional para o poder central, expresso pela centralização do poder no âmbito do Executivo. Durante o Governo Provisório, de Getúlio Vargas, houve a progressiva concentração de políticas públicas nacionais. Neste contexto, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), no qual o seu primeiro titular Francisco Campos elaborou uma série de reformas de caráter centralizador direcionadas ao ensino secundário e superior através do Decreto Nº 19.851/31.

Em 1931 foi promulgado o Projeto de Reforma do Ensino Superior, através do Decreto Nº 19.851/31. Esta reforma ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos, nome de seu idealizador que ficou à frente do ministério até 1932, sendo substituído por Washington Pires. Em 1934 assume o ministério Gustavo Capanema, que promoveu grandes reformas, como a reforma do ensino secundário e o grande projeto de reforma universitária que resultou na criação da Universidade do Brasil (UB), hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2.2 CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

A Universidade do Rio de Janeiro foi reorganizada conforme o Decreto Nº 19.852/31, com a finalidade de se adequar à Reforma Francisco Campos. Consequentemente, os estatutos da universidade foram reformulados em face aos novos dispositivos legais. Dessa forma, a universidade passou a ser administrada por um Reitor e um Conselho Universitário. A URJ foi composta pelas seguintes unidades: Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola Politécnica; **Escola de Minas Ouro Preto**; Faculdade de Educação, Ciências e Letras;

Faculdade de Farmácia; Faculdade de Odontologia; Escola Nacional de Belas-Artes e Instituto Nacional de Música.

Em 05 de julho foi promulgada a lei 452/1937, que institui a Universidade do Brasil e seria constituída pelas seguintes escolas ou faculdades, e que passariam a ter o adjetivo nacional como mostra o artigo 4º da referida lei:

Art. 4º A Universidade do Brasil será inicialmente constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino: (BRASIL, Lei, 452/1937)

- a) Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras;
- b) Faculdade Nacional de Educação;
- c) Escola Nacional de Engenharia;
- d) Escola Nacional de Minas e Metalurgia;
- e) Escola Nacional de Química;
- f) Faculdade Nacional de Medicina;
- g) Faculdade Nacional de Odontologia;
- h) Faculdade Nacional de Farmácia;
- i) Faculdade Nacional de Direito;
- j) Faculdade Nacional de Política e Economia;
- k) Escola Nacional de Agronomia;
- l) Escola Nacional de Veterinária;
- m) Escola Nacional de Arquitetura;
- n) Escola Nacional de Belas Artes;
- o) Escola Nacional de Música.

A Escola de Minas esteve subordinada à Universidade do Brasil até 1960 quando se desliga, e com a junção da Escola de Farmácia e da Escola de Minas de Ouro Preto, é criada a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 21 de agosto de 1969.

3 A ESCOLA DE MINAS

3.1 DE ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO A ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA: um breve histórico

A Escola de Minas de Ouro Preto é uma das mais importantes instituições de nível superior do Brasil, pioneira no desenvolvimento da metalurgia, mineralogia e geologia, destacando-se como órgão de ensino, pesquisa e ciência. Inaugurada em 12 de outubro de 1876 na cidade histórica homônima e também primeira capital mineira, obteve forte apoio do então imperador Dom Pedro II, cujo entusiasmo pelas ciências foi um fator preponderante para a sua criação.

De fato, sua criação é vista, sobretudo, como um ato de vontade política, devendo-se mais a questões ideológicas do que propriamente econômicas, já que o país possuía uma

economia eminentemente agrícola e a indústria mineral era encarada como possível alternativa para o declínio econômico. Em detrimento disso, D. Pedro II entra em contato com Auguste Daubrée durante sua viagem à França, convidando-o para vir ao Brasil. Daubrée recusa, porém indica o cientista Claude Henry Gorceix que, após estudos realizados para escolha do local, aponta Ouro Preto como lugar ideal para o estabelecimento da escola, considerando suas riquezas geológicas. Tornou-se o primeiro diretor trabalhando até 1891, quando retorna para seu país.

A Escola de Minas se desenvolveu a partir de um ensino puramente objetivo, embora a pesquisa surgisse de modo ainda desconhecido no país. Com a formação de docentes e preparo do corpo discente, os resultados foram aparecendo pouco a pouco, como se pode perceber pelo número de alunos diplomados ocupando cargos relevantes e também pela contribuição para a ciência, além do conhecimento no que tange aos aspectos minerais da província mineira.

Entretanto, com a proclamação da República surgem os problemas, pois não existe mais apoio do imperador, ressalvando a transferência da capital para Belo Horizonte e a atuação de professores na política de Minas Gerais. De acordo com José Murilo de Carvalho (2002), fatores internos e externos são apontados como causadores do declínio, dentre os quais podemos citar a perda de autonomia, reformas do ensino, descaso das autoridades, condições físicas, isolamento geográfico e cultural, culto da tradição, por exemplo. Em face às dificuldades e, principalmente com a reforma do ensino em 1931, a Escola é transferida para o Ministério da Educação e Saúde, tornando-se órgão da Universidade do Rio de Janeiro, vindo a denominar-se Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro.

Outrossim, com as sucessivas reformas promovidas nos anos seguintes e, sobretudo, com a promulgação da lei 452/1937 durante o período do Estado Novo, a Universidade do Rio de Janeiro é reorganizada e transformada em Universidade do Brasil. Seguindo as novas configurações previstas para a instituição, a Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro passa a denominar-se Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

Vale ressaltar que a Escola Nacional de Minas e Metalurgia permaneceu no organograma da Universidade do Brasil até ser oficialmente desligada em 1960, com apoio do presidente da República Juscelino Kubitschek, do ministro da Educação e também do reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon. Deste modo, volta ao seu nome original, Escola de Minas de Ouro Preto, obtendo autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Em 1969 torna-se Universidade de Ouro Preto e mais tarde, com o Estatuto de 1972, Fundação Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto.

Marcada por acontecimentos distintos e momentos de ascensão e queda, é relevante afirmar que a Escola de Minas de Ouro Preto se destaca por consolidar-se como um dos poucos estabelecimentos de ensino a produzir um impacto grande na sociedade, na economia e na pesquisa científica do país, cuja importância se dá pela sua trajetória, perdurando até os dias atuais.

3.2 O FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA

Durante o período em que esteve vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, enquanto órgão da Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Minas e Metalurgia produziu documentos que passaram a integrar o acervo da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É importante destacar que, apesar de haver subordinação à Universidade do Brasil, a referida Escola manteve sua autonomia no que tange à organização e ao funcionamento acadêmico, financeiro e político, já que possuía existência jurídica dentro da mesma. A partir do desligamento, os documentos não são mais produzidos e, por essa razão, sob o ponto de vista arquivístico, o fundo Escola Nacional de Minas e Metalurgia é considerado fechado. Tal perspectiva é assim compreendida no que tange ao *respect des fonds*, conforme preconizado por Michel Duchein (1986), apontando que, quando um fundo conserva sua identidade e sua individualidade, deve-se considerá-lo proveniente do organismo que o produziu.

Em 1964 ocorre a transferência da Reitoria e da Administração Central da Universidade do Brasil para o prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária, situada na Ilha do Fundão, assim como o Serviço de Comunicações – SECOM, que passa a funcionar no mesmo local. Percebeu-se que tal acervo esteve acumulado e guardado sem ter sofrido quaisquer intervenções arquivísticas.

Vale afirmar que as mudanças no campo arquivístico surgem a partir da criação do Setor de Arquivo Permanente em 2012, quando se inicia um longo trabalho de identificação do acervo histórico, incluindo o fundo Escola Nacional de Minas e Metalurgia, o qual necessitava de tratamento urgente. De fato, foi o ponto de partida para implementar atividades de arranjo e descrição com fins de divulgação *a posteriori*.

Realizou-se o trabalho da seguinte maneira: Como o acervo se compõe unicamente de processos administrativos, os mesmos foram identificados e classificados de acordo com Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e também com a Tabela de

Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Logo, foram indexados no Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP). Foi elaborado um quadro de arranjo estrutural e funcional, de acordo com respectivos níveis, a saber – acervo da entidade custodiadora (nível 0); fundo (nível 1); seção (nível 2); série (nível 3) e subsérie (nível 3,3), cuja representação pode ser vista a seguir:

Quadro 1 - Quadro de arranjo do Fundo Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

| ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA (Nível 0) | | |
|---|---|---|
| FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA (Nível 1) | | |
| SEÇÃO (Nível 2) | SÉRIE (Nível 3) | SUBSÉRIE (Nível 3,3) |
| 1. Gestão Acadêmica | 1. Cursos Superiores (Graduação) | 1. Concursos de Admissão (Vestibular) 2. Cursos 3. Matrícula 4. Transferência 5. Provas. Exames 6. Frequência 7. Estágio (Bolsa) 8. Convênio. Intercâmbio 9. Solicitações de Títulos. Certificados 10. Colação de Grau 11. Assentamentos 12. Regime Disciplinar 13. Registro de Diploma |
| | 2. Cursos de Especialização (Pós-Graduação) | 1. Criação de Cursos |
| 2. Gestão Administrativa | 1. Organização e Funcionamento 2. Convênios 3. Eleições | |
| 3. Gestão de Documentação e Informação | 1. Publicações 2. Material Bibliográfico 3. Documentação Museológica | |
| 4. Gestão de Material | 1. Contratação de Serviços 2. Material de Consumo 3. Material Permanente 4. Movimentação de Material 5. Cessão 6. Doação | |
| 5. Gestão de Patrimônio | 1. Aquisição de Imóveis 2. Construção 3. Luz e Força 4. Veículos | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| | 5. Cessão 6. Doação | |
| 6. Gestão de Pessoal | 1. Cadastro 2. Concurso Público 3. Admissão 4. Nomeação 5. Contratação 6. Aproveitamento 7. Readmissão 8. Readaptação 9. Remoção 10. Transferência 11. Requisição de Pessoal 12. Designação 13. Disponibilidade 14. Dispensa 15. Exoneração 16. Falecimento 17. Criação de Cargos e Funções 18. Pagamentos 19. Reajustes. Equiparações. Promoções Salariais 20. Avaliação de Desempenho | |
| | 21. Gratificações | 1. Gratificação a membros de Conselho 2. Gratificação a membros de órgãos de Deliberação Coletiva 3. Gratificação adicional por tempo de serviço ou adicional suplementar para professor de banca e comissões de concurso 4. Gratificação de função 5. Gratificação de magistério 6. Gratificação de nível superior 7. Gratificação de risco à saúde 8. Gratificação pela execução de trabalho técnico-científico 9. Gratificação pelo exercício de encargo de membro de banca e comissões de concurso 10. Gratificação pelo exercício de encargo de professor em curso legalmente instituído |

| | | |
|----------------------|--|--|
| | 22. Salário Família 23. Descontos | |
| | 24. Licenças | 1. Licença especial 2. Licença para capacitação 3. Licença para interesses familiares 4. Licença para tratamento de interesses particulares 5. Licença para tratamento de saúde 6. Licença prêmio |
| | 25. Delegações de Competência 26. Frequência 27. Ações Disciplinares 28. Acumulação de Cargos 29. Averbação de Tempo de Serviço 30. Aposentadoria 31. Pensão Especial 32. Prêmios e Títulos 33. Viagens 34. Eventos 35. Comunicações. Consultas. Informações | |
| 7. Gestão Financeira | 1. Distribuição Orçamentária 2. Movimentação Bancária 3. Receita 4. Balancetes 5. Prestação de Contas | |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Com a elaboração do quadro de arranjo, partimos para a etapa seguinte que se aplica à descrição do fundo assim como sua inserção no software AtoM (*Access to Memory*) com fins de acesso e difusão.

4 O FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA: descrição e acesso à informação

4.1 DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES E APLICAÇÃO DA NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (NOBRADE)

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como em todas as organizações públicas ou privadas no Brasil, um dos bens mais valiosos é a informação. É raro o processo ou atividade que não gere informações relevantes que precisam ser preservadas, difundidas e acessadas.

A partir da Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente em seu artigo 5º, o constituinte estabelece que

[...] todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado". (BRASIL, 1998, art.5º).

Com a Carta Magna, são definidos as linhas mestras da Política Nacional de Arquivos no que tange à gestão documental, à preservação e ao acesso às informações governamentais. O resultado disso é a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, reitera princípios constitucionais no que se refere à obrigação do Estado de promover a gestão de documentos e a difusão da informação governamental, afirmando que

[...] é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação." (Lei nº 8.159, art. 1º).

A partir desses novos olhares, o tratamento dos documentos do poder público federal passa a ser estratégico para o Estado, que o reorganiza em um formato de sistema, integrando os serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da administração pública federal. (Decreto 4.915, art. 1º).

Em 18 de novembro de 2011, o acesso às informações produzidas pelo poder público

é regulado, o Estado passa a ter o

[...] dever de garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Lei nº 12.527, art. 5º).

A publicidade dos atos dos órgãos públicos passa então a ser preceito geral e o sigilo, exceção. Nesta perspectiva e diante desse arcabouço legal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ tem movido meios para que o cidadão tenha acesso às informações produzidas por sua comunidade acadêmica.

A partir de 2012, o atual Arquivo Central da Universidade deu início à descrição arquivística do fundo documental produzido pela Escola Nacional de Minas e Metalurgia. O objetivo do Arquivo Central com a descrição do acervo produzido pela Escola é dar acesso aos pesquisadores e consulentes em geral aos documentos que fazem parte da memória institucional brasileira, uma vez que o idealizador da Escola Nacional de Minas e Metalurgia foi o próprio imperador D. Pedro II.

Para a descrição do fundo foi utilizada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Esta norma foi publicada em 2006 pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), estabelecendo diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), tendo em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. (CONARQ, 2006, P. 10).

A NOBRADE tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível. Estrutura-se em oito áreas: Área de identificação, de contextualização, de conteúdo e estrutura, de condições de acesso e uso, de fontes relacionadas, de notas, de controle da descrição e de pontos de acesso.

Compreende 28 elementos de descrição, sendo que sete são obrigatórios, a saber: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es), condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Possui também seis níveis de descrição que vão do mais geral para o mais específico, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5).

4.2 INSERÇÃO DOS CONJUNTOS DOCUMENTAIS NO SOFTWARE ATOM (ACCESS TO MEMORY)

A ferramenta tecnológica escolhida pela UFRJ para a descrição, difusão e acesso às informações geradas pela Escola Nacional de Minas e Metalurgia foi o software AtoM (Access to Memory). Este software foi desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), visando a padronização de normas técnicas para a descrição arquivística.

[...] o ICA-AtoM teve sua origem motivada pela evolução tecnológica e pela necessidade de uma plataforma baseada nos princípios do software livre (código-fonte aberto) e que atendesse à comunidade arquivística internacional. Toda sua arquitetura é baseada nas normas internacionais de descrição arquivística. Como rápido exemplo das vantagens de sua utilização, pode-se citar a padronização da atividade de descrição, a convergência de formato dos instrumentos de pesquisa, a ampliação do acesso aos acervos e a garantia de interoperabilidade entre as instituições arquivísticas com acervo permanente, possibilitando a formação de redes de arquivos. (SANTOS, 2016, p.14)

Analizando os recursos oferecidos pelo ICA-AtoM, Flores e Hedlund (2014, p. 32 – 33), listam uma série de benefícios oferecidos pelo software na descrição arquivística. Dentre eles, destacamos:

- 1 A possibilidade de criar, editar e excluir descrições arquivísticas: esta é a funcionalidade principal e essencial do software;
- 2 A possibilidade de anexar o documento digital: permite anexar o documento digital à sua respectiva página de descrição arquivística e, quando possível, exibindo na tela do navegador uma pré-visualização do documento logo acima dos seus elementos descritivos. Também é possível anexar vários documentos para uma única página de descrição arquivística, sendo que estes ficarão em nível abaixo dessa descrição;
- 3 A possibilidade de cadastrar novos usuários: este recurso permite que novos usuários sejam cadastrados e tornem a ter privilégios para alterações que afetem a base de dados;
- 4 A criação de grupos de usuários: destina-se a criar grupos de usuários com permissões específicas de inserção, edição e exclusão de dados, facilitando o controle sobre os usuários e permissões dentre as várias seções existentes no sistema;
- 5 A realização de pesquisa/substituição global de termos: este recurso permite a alteração de palavras simultaneamente em diversos níveis de descrição;
- 6 A tradução da interface do software: a maioria das palavras visíveis na interface do software podem ser traduzidas para qualquer idioma pelo ambiente de administração;

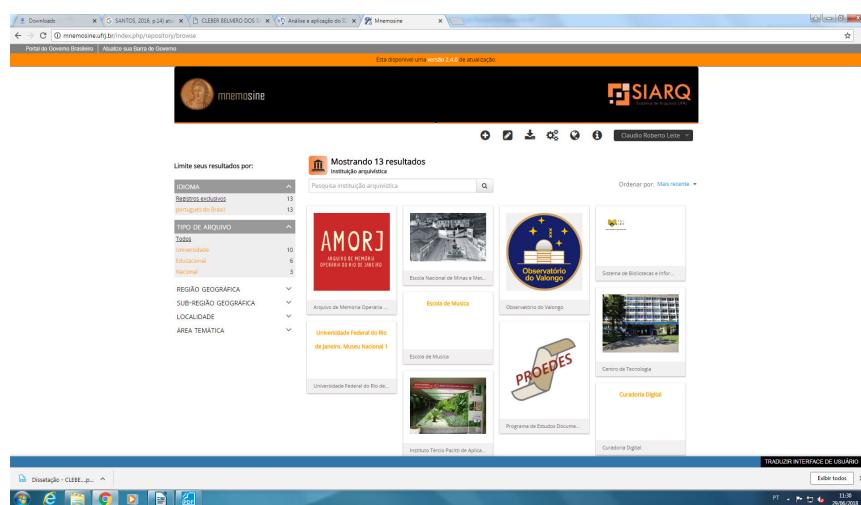
8 A possibilidade de gerir os termos da descrição: este recurso possibilita controlar os pontos de acesso (nome, assunto e lugar) de uma forma independente da descrição direta na ISAD(G), ou seja, no momento da descrição de uma unidade documental usando a ISAD(G), o gestor apenas seleciona em uma lista os pontos de acesso já inseridos a partir deste recurso. Isso evita a redundância de dados e possibilita ao usuário trazer todas as descrições que contém o ponto de acesso ao clicar sob ele; e

9 A conformidade com as normas de descrição arquivísticas: além dos esquemas de metadados que são padrões internacionais, são contempladas também normas internacionais de descrição arquivística: ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH.

Em 2017 a UFRJ criou um grupo de pesquisa para iniciar a instalação e customização do AtoM, que é a nova versão atualizada do ICA-AtoM, levando em consideração as necessidades específicas da Universidade. A versão do software instalada nos servidores da UFRJ foi o 2.2.0, e está baseada no endereço <http://mnemosine.ufrj.br>. A base de dados customizada foi batizada de Mnemosine, sendo mantida então pelo Sistema de Arquivos (SIARQ) e pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SuperTic).

Após a instalação do software, observou-se que o mesmo não apresentou problemas, pelo contrário, sua utilização é muito fácil. O AtoM é uma ferramenta que usa a Web como plataforma, fato este que interessou muito à Universidade pela possibilidade de disponibilizar os conjuntos documentais produzidos e acumulados para a comunidade científica e consultentes em geral.

Figura 1 – Página Inicial da Base Mnemosine (ATOM) da UFRJ.

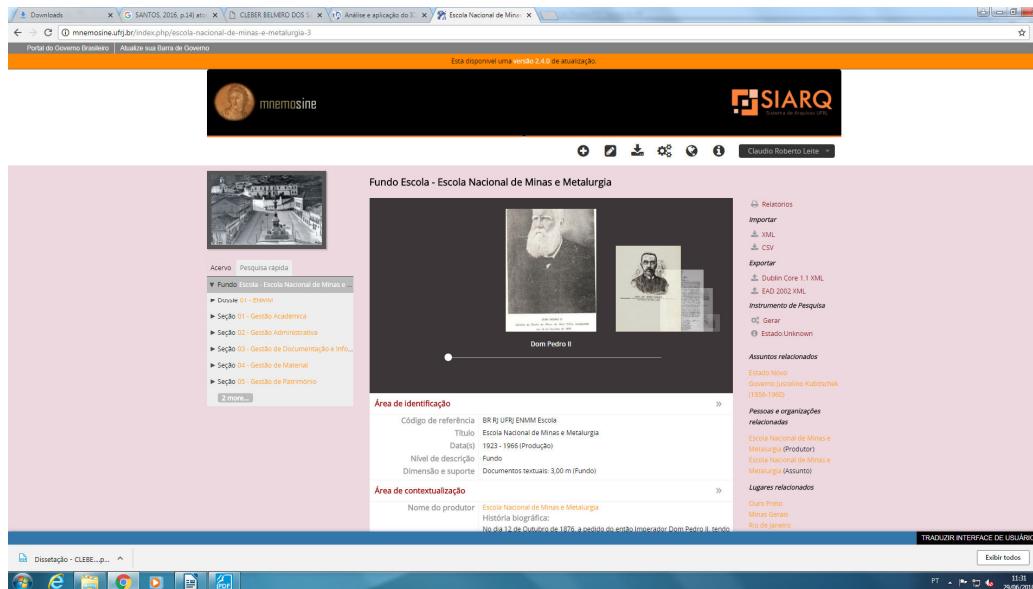


Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A Base Mnemosine contempla os acervos de guarda permanente da UFRJ, ou seja, os conjuntos documentais preservados de forma definitiva em função de seus valores informativo, probatório e histórico.

Estão reunidos documentos institucionais e pessoais, de diversos gêneros, abrangendo desde a fundação da instituição como Universidade do Brasil até os dias atuais.

Figura 2 – Fundo Arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

O fundo arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia foi devidamente inserido na base Mnemosine. Como resultado de todo trabalho, observou-se um aumento quantitativo e qualitativo de acesso aos conjuntos documentais da Escola. O objetivo do trabalho foi alcançado, as pesquisas realizadas no acervo são seguras e dinâmicas, atendendo aos pressupostos previstos em legislações vigentes no país, permitindo, principalmente, o acesso às informações públicas produzidas por uma das instituições mais tradicionais do Brasil, marcada pelo pioneirismo nas áreas de mineralogia, metalurgia e geologia, por um número ilimitado de consultentes no Brasil ou em qualquer lugar do mundo.

5 CONCLUSÃO

Desde que se iniciou o tratamento dos conjuntos documentais pertencentes ao fundo arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia, percebeu-se que o acervo tinha um valor extraordinário, já que se tratava de uma instituição relevante para o ensino superior brasileiro, cuja criação foi impulsionada pelo apoio de Imperador D. Pedro II e que contribuiu fortemente para o desenvolvimento das áreas de metalurgia, mineralogia e geologia no país.

A Escola, que esteve subordinada à Universidade do Brasil durante quase três décadas, produziu documentos que hoje pertencem à Universidade Federal do Rio de Janeiro – esta, como instituição custodiadora, traçou um planejamento para a intervenção arquivística e tratamento do acervo, visando à sua preservação, descrição e futuro acesso.

A intervenção arquivística deu-se com uma investigação histórica sobre o ensino superior no Brasil, a fim de entender como era a dinâmica do ensino e pesquisa no país. Como resultado deste trabalho, desenvolveu-se um quadro de arranjo de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que levou em conta as estruturas, funções e atividades da Escola Nacional Minas e Metalurgia. Estabelecendo este esquema, iniciou-se a organização dos conjuntos documentais, sendo identificados e classificados de acordo com os instrumentos correspondentes.

Após a organização dos documentos, a equipe de pesquisa customizou o software AtoM (*Access to Memory*) desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), publicizando a descrição do fundo arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

Contemplando etapas arquivísticas fundamentais, o projeto de organização do fundo consiste no primeiro trabalho de arranjo e descrição desenvolvido pela Seção de Arquivo Permanente. Ademais, tal iniciativa não somente permite o acesso aos documentos, mas também torna público um acontecimento importante da história do ensino superior brasileiro envolvendo duas instituições renomadas que, de fato, ainda é desconhecido do cidadãos em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONARQ - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 4.915, de 12 de Dezembro de 2003**. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 14.343, de 07 de Setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Lei nº 452, de 05 de julho de 1937**. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-452-5-julho-1937-398060-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991**. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: O peso da glória. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporâ**: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOS SANTOS, Cleber Belmiro. **Impactos do Atom na descrição e no acesso aos acervos no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz** / Cleber Belmiro dos Santos. – 2016. Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma.../dos-santos-cleber-belmiro.../view>>. Acesso em: 23 jun.2018.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A Universidade no Brasil**: das origens à construção. 1^a Edição, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.

FLORES, Daniel. HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria – RS. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 3, p. 86 - 106, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/14892/pdf_33>. Acesso em: 23 jun.2018.